

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2000

Data e Horário: 29 de setembro de 2000, às 18:30 horas. **Local:** sede social, na Cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Av. São Jerônimo, 6.001, bairro São Jerônimo. **Mesa:** Presidente: Sr. Jacks Rabinovich; Secretário: Sr. Henrique Herbert Ubrig. **Presença:** acionistas representando a totalidade do capital social. **Convocação:** dispensada a comprovação da convocação prévia pela imprensa, bem como a publicação dos avisos de que trata o Artigo 124 da Lei nº 6.404 de 15.12.1976, de acordo com o facultado pelo Parágrafo 4º do referido Artigo. **Ordem do Dia:** (i) deliberação a respeito da consolidação do Estatuto Social da Sociedade; (ii) retificar a quarta deliberação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 4 de agosto de 2000, confirmando e ratificando as demais deliberações; (iii) delegar ao Conselho de Administração da Sociedade a deliberação acerca de eventuais alterações nas condições da Emissão; (iv) autorizar a Diretoria a tomar todas as providências no sentido de promover o registro da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais órgãos competentes, bem como para lavrar a escritura de emissão de Debêntures, assinar toda e qualquer documentação correlata à Emissão, contratar agência(s) de “rating”, instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação das Debêntures, bem como contratar agente fiduciário e banco mandatário, fixando-lhes os respectivos honorários; e (v) confirmar e ratificar todas as demais deliberações da Assembléia Geral Extraordinária realizada em 4 de agosto de 2000 e todos os atos praticados pela Diretoria anteriormente à data da presente Assembléia, relativos à Emissão. **Deliberações Tomadas por Unanimidade:** colocados em discussão e votação, resultaram aprovados por unanimidade e sem quaisquer ressalvas: (i) foi aprovado a consolidação do Estatuto Social da Sociedade, que texto (DOC.1 anexo à presente ata), devidamente assinado pelo Presidente da Mesa será arquivada na sede da companhia como DOC.1, e terá uma via levada a registro perante a Junta Comercial competente; (ii) foi autorizada a emissão pela Sociedade (a “Emissora”), para subscrição pública de até 1.200 (hum mil e duzentas) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) (as “Debêntures”), no montante de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) (a “Emissão”), na data de emissão com as seguintes características: **(1) Modo de Subscrição e Procedimento de Distribuição:** o lançamento será público, mediante a intermediação de instituições financeiras habilitadas, adotando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30/09/80; **(2) Data de Emissão, Prazo e Data de Vencimento:** para todos os efeitos legais, a data de Emissão será 29 de setembro de 2000 e terá prazo de 3 (três) anos, vencendo-se em 29 de setembro de 2003; **(3) Quantidade de Debêntures e Número de Séries:** serão emitidas até 1.200 (hum mil e duzentas) Debêntures não conversíveis em ações da Emissora em série única; **(4) Valor Nominal e Montante da Emissão:** o valor nominal unitário das Debêntures é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), perfazendo um montante total para a Emissão de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais), em 29 de setembro de 2000; **(5) Forma, Conversibilidade e Espécie:** as Debêntures não serão conversíveis em ações da Emissora e serão nominativas, escriturais, simples, da espécie flutuante; **(6) Pagamento de Juros:** os juros serão devidos semestralmente, a contar da Data de Emissão, vencendo-se em 29 de março de 2001, 29 de setembro de 2001, 29 de março de 2002, 29 de setembro de 2002, 29 de março de 2003 e 29 de setembro de 2003; **(7) Amortização:** não haverá amortização; **(8) Repactuação:** haverá repactuação no caso de extinção da Taxa de Juros de Depósito Interfinanceiros – DI, não sendo criado nenhum parâmetro legal em sua substituição, e sendo aceito pelos debenturistas o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser proposto pela Emissora e deliberado pela Assembléia Geral dos Debenturistas; **(9) Resgate Antecipado:** a Emissora, por deliberação do Conselho de Administração, reserva-se o direito de, a qualquer tempo, observado o prazo mínimo de 12 (doze) meses contados da data de subscrição, e mediante aviso prévio de 90 (noventa) dias corridos aos debenturistas, promover o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculada *pro rata temporis*. Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e divulgado amplamente pela imprensa, inclusive no que concerne às regras do sorteio; (iii) fica delegado ao Conselho de Administração da Emissora, com referência às deliberações tomadas nesta AGE, poderes, para independentemente de convocação e deliberação da Assembléia Geral Extraordinária: a) deliberar sobre as matérias prescritas nos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei 6.404 de 15.12.1976 e b) cancelar as debêntures da 1ª (primeira) emissão que estejam em tesouraria da Emissora; (iv) poderá a Diretoria da Sociedade praticar todos os atos necessários com o objetivo de promover o registro da Emissão perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e demais órgãos competentes, bem como praticar demais atos necessários à Emissão ora aprovada, tais como celebrar a escritura de emissão de Debêntures, contratar instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais para efetuar a colocação das Debêntures e agência(s) de “rating”, bem como contratar agente fiduciário e banco mandatário, fixando-lhes os respectivos honorários,

podendo, enfim, celebrar os respectivos contratos, ajustando cláusulas e condições; e (v) confirmar e ratificar todos os atos praticados pela Diretoria anteriormente à data da Assembléia, relativos à Emissão. **Encerramento e Lavratura da Ata:** nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pedisse, declarou encerrados os trabalhos e suspensão a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata. Reaberta a sessão, foi esta ata lida, conferida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Assinaturas:** Sr. Jacks Rabinovich, Presidente; Sr. Henrique Herbert Ubrig, Secretário. **Acionistas Presentes:** DUPONT DO BRASIL S.A., neste ato representada por seus Diretores e VICUNHA NORDESTE S.A. INDÚSTRIA TÊXTIL representada por seus Diretores, Srs. Henrique Herbert Ubrig, Jacks Rabinovich, Mario Gurian Neto, Ricardo Steinbruch, Jose Testa Silva, Rubens Monteiro, Mario de Salles Oliveira Malta Júnior e Eduardo Rabinovich. **Declaração:** Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. **Sr. Jacks Rabinovich**, Presidente.

**DOC. 1 – ANEXO À ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DA
FIBRA-DUPONT SUDAMÉRICA S.A. REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2000**

ESTATUTO SOCIAL DA FIBRA DUPONT SUDAMÉRICA S.A. - CAPÍTULO I. - DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO - Artigo 1º - FIBRA DUPONT SUDAMÉRICA S.A. é pessoa jurídica de direito privado brasileiro, organizada sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, que se regerá pelas estipulações constantes destes Estatutos Sociais, onde será doravante designada abreviadamente como Companhia, bem como pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis. Artigo 2º - A Companhia tem por objeto: I. - fabricação e a comercialização, inclusive a importação e a exportação, de “nylons” têxteis 6.6, 6, produzidos pelos processos convencional e P.O.Y.; de polímeros “nylon” têxtil 6.6 e 6; e de outros produtos que venham a ser unanimemente aprovados pelo Conselho de Administração; II. - a representação comercial e a distribuição de produtos complementares àqueles por ela fabricados. III. - a participação no capital de outras sociedades. Parágrafo único - A companhia realizará os seus objetivos sociais, prioritariamente, no Brasil e na América do Sul. Artigo 3º - A Companhia tem sede e foro no Município e Comarca de Americana, Estado de São Paulo. Parágrafo Único - Por decisão do Conselho de Administração, a Companhia poderá abrir e fechar filiais, agências, escritórios, armazéns e estabelecimentos de qualquer natureza, no Brasil e no exterior. Artigo 4º - A Companhia tem prazo de duração indeterminado. **CAPÍTULO II. - DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES** - Artigo 5º - O Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 232.392.991,37 (duzentos e trinta e dois milhões, trezentos e noventa e dois mil, novecentos e noventa e um reais e trinta e sete centavos), dividido em 445.986.686 (quatrocentos e quarenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e seis mil, seiscentos e oitenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, com direito a voto. § 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia geral de acionistas. § 2º - As ações são indivisíveis em relação à Companhia. Artigo 6º - As ações terão direito ao recebimento de um dividendo mínimo anual de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido consolidado, a partir do exercício social de 1995 inclusive. Artigo 7º - O capital social da Companhia poderá ser elevado até 1.000.000.000 (um bilhão) de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. § 1º - O capital autorizado poderá ser alcançado mediante uma ou mais emissões de ações, a critério do Conselho de Administração, em decisão unânime. § 2º - Os acionistas terão direito de preferência à subscrição de novas ações na proporção do número de ações que possuírem. § 3º - Ao autorizar a emissão de ações, para realização parcial ou integral do capital autorizado, o Conselho de Administração fixará o preço de emissão de tais ações, com base nos parâmetros legais. **CAPÍTULO III. - DA ASSEMBLÉIA GERAL** - Artigo 8º - As reuniões da Assembléia Geral de Acionistas da Companhia, ordinárias e extraordinárias, sua convocação, instalação e procedimentos de deliberação, assim como os seus poderes e competência, obedecerão ao que estabelecer a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, outras leis eventualmente aplicáveis e a este Estatuto. Artigo 9º - O Presidente da Mesa das Assembléias Gerais será eleito pelos acionistas presentes, cabendo a ele escolher o Secretário dos trabalhos. Artigo 10. - Compete privativamente à Assembléia Geral deliberar a respeito das seguintes questões: I. - alteração do Estatuto Social da Companhia. II. - adoção de planos financeiros, incluindo-se alterações na composição do capital social e implementação de novas fontes de capital por quaisquer meios; III. - aumento do capital social autorizado mediante subscrição de novas ações; IV. - redução do capital social que terá como resultado a redução “pro rata” da participação acionária de cada acionista; V. - declaração de dividendos; VI. - estabelecimento de reservas que não dos lucros e que não resultem de imposição legal; VII. - emissão de obrigações ou debêntures, ambas conversíveis em ações; VIII. - dissolução da Companhia. Artigo 11. - As matérias constantes do artigo anterior só poderão ser aprovadas pela unanimidade dos acionistas, presentes ou não à Assembléia Geral que a respeito delas deliberar.



Parágrafo Único - A matéria constante da alínea VIII do artigo anterior (dissolução da Companhia) será decidida por voto majoritário da Assembléia Geral e não por sua unanimidade na hipótese de o seu exame resultar de proposta fundamentada de qualquer acionista para a revisão da continuidade da Companhia, e não chegarem os acionistas a consenso quanto a esta revisão, sendo esta norma exceção à regra geral estabelecida no “caput” deste artigo.

CAPÍTULO IV. - DA ADMINISTRAÇÃO - Seção I. - Das normas comuns - Artigo 12. - A administração da Companhia compete ao Conselho de Administração e à Diretoria. Artigo 13. - Compete à Assembléia Geral Ordinária fixar anualmente a remuneração dos administradores, estabelecido que os membros do Conselho de Administração não serão remunerados a qualquer título. § 1º - A remuneração compreenderá uma parcela fixa, que são os honorários e poderá compreender também uma parcela variável, a ser paga anualmente aos diretores, calculada sobre o lucro líquido da Companhia apurado após a constituição das reservas exigidas por lei, inclusive para o pagamento do Imposto de Renda, e da provisão para o pagamento do dividendo obrigatório. § 2º - A Assembléia Geral Ordinária poderá fixar uma verba global para a remuneração dos Diretores, compreendendo a parte fixa de todos e a parte variável, cabendo ao Conselho de Administração proceder à sua distribuição. Artigo 14. - O Conselho de Administração e a Diretoria deliberam validamente pelo voto da maioria dos seus membros. O Diretor-Presidente que presidir a reunião da Diretoria terá, além do voto pessoal, o voto de desempate. **Seção II. - Do Conselho de Administração** - Artigo 15. - O Conselho de Administração é composto de 4 (quatro) membros efetivos e de igual número de suplentes, acionistas, eleitos pela Assembléia Geral com mandato de 3 (três) anos, permitida a reeleição. § 1º - Ao ser eleito cada membro efetivo do Conselho, com ele será eleito o seu respectivo suplente. § 2º - O Presidente do Conselho de Administração terá mandato de um ano, não permitida a reeleição e será escolhido de comum acordo entre os seus membros. § 3º - O Vice-Presidente do Conselho de Administração terá mandato de um ano, não permitida a reeleição e será escolhido de comum acordo entre os seus membros. § 4º - Em seus impedimentos temporários, o Conselheiro-Presidente e o Conselheiro Vice-Presidente serão substituídos pelos conselheiros que indicarem para a função. § 5º - O Diretor-Presidente da Companhia poderá ser convocado a participar de reuniões do Conselho de Administração, nas quais terá direito a voz. Artigo 16. - O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente nas datas previstas no calendário anual por ele aprovado no último mês do ano imediatamente anterior e extraordinariamente mediante convocação do seu Presidente ou do seu Vice-Presidente. § 1º - Das reuniões serão lavradas atas em livro próprio. § 2º - As deliberações do Conselho serão tomadas por voto de, no mínimo, 3 (três) de seus membros, sendo que o Presidente não terá voto de desempate, além do voto pessoal. § 3º - Nas suas faltas e nos seus impedimentos temporários, cada Conselheiro efetivo será substituído por seu respectivo suplente. § 4º - Na hipótese de vacância do cargo de Conselheiro será ele substituído por seu respectivo suplente até a realização da primeira Assembléia Geral de Acionistas, que preencherá o cargo vago. § 5º - Em caso de vacância de cargo de membro suplente, o Conselheiro respectivo nomeará um acionista para exercer a suplência vaga, “ad referendum” da primeira Assembléia Geral de Acionistas que elegerá o substituto do suplente. § 6º - Os suplentes, nessa qualidade, poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração, mas sem direito a voz e a voto. § 7º - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas com ao menos 10 (dez) dias úteis de antecedência, devendo ser no mesmo prazo encaminhados a cada Conselheiro a agenda da reunião e os documentos de suporte para a apreciação das matérias agendadas. § 8º - Na hipótese de haver impasse nas decisões do Conselho de Administração, a matéria deverá ser levada à apreciação dos acionistas, em Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada. Artigo 17. - O Conselho de Administração, a seu critério, poderá ter um Secretário Geral. Artigo 18. - Os Conselheiros receberão cópias das atas de reuniões da Diretoria e de quaisquer outros órgãos da Companhia, especialmente das comissões de que trata o artigo seguinte. Artigo 19. - O Conselho de Administração, para seu assessoramento, poderá criar comissões para estudo de assuntos especiais, com objetivos definidos e prazo de atividade limitado, integradas por pessoas por ele designadas. Artigo 20. - Compete ao Conselho de Administração além das atribuições que lhe são conferidas por lei: I. - Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, estabelecendo as diretrizes básicas à ação executiva, e zelar pelo estrito cumprimento delas; II. - Aprovar planos de negócios que resultem em necessidade de investimentos e ampliações, modernizações ou novas instalações, com ou sem aportes de capital pelos acionistas; III. - Convocar a Assembléia Geral; IV. - Eleger e destituir os membros da Diretoria, designando o Diretor-Presidente, fixar-lhes as atribuições e fiscalizar-lhes a gestão; V. - Examinar os livros e papéis da Companhia, solicitar informações a respeito de documentos de seu interesse e bem assim a respeito de negócios projetados, em andamento ou já concluídos; VI. - Manifestar-se a respeito do relatório da administração, das contas da Diretoria e das demonstrações financeiras consolidadas, que deverão ser submetidos à sua apreciação dentro de 2 (dois) meses, contados do término do exercício social; VII. - Manifestar-se a respeito de todos os assuntos que devam ser submetidos à Assembléia Geral; VIII. - Deliberar a respeito da distribuição de dividendos à conta de lucros apresentados em balanço, bem



como decidir a respeito da declaração de dividendos intermediários à conta de lucros existentes em balanços intermediários ou no último balanço anual, “ad referendum” da Assembléia Geral de Acionistas; IX. - Apreçar os resultados das operações da Companhia nos prazos que vier a definir; X. - Escolher e destituir os auditores independentes da Companhia; XI. - Convocar os auditores independentes para, em reunião do Conselho, se pronunciarem a respeito dos relatórios, do balanço patrimonial e das demais demonstrações financeiras preparadas pela Diretoria; XII. - Aprovar os orçamentos anuais e plurianuais e acompanhar a sua execução, (1) examinando qualquer modificação que exceda o valor anual do orçamento, (2) autorizando todo investimento de capital que, estando previsto no orçamento, exceda R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) e (3) autorizando todo gasto de capital que, não estando especificado no orçamento, ultrapasse R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais); XIII. - Fixar critérios de valor ou de alçada financeira para a prática de atos pela Diretoria independentemente de autorização prévia do Conselho de Administração; XIV. - Aprovar a alienação de bens do ativo permanente da Companhia, de valor igual ou superior a R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) em cada caso; XV. - Aprovar as normas gerais de administração e deliberar a respeito da política de recursos humanos, inclusive (1) salários, (2) compensações, benefícios e planos de incentivos para diretores e (3) compensações de aposentadorias, planos de pensão e planos de benefícios para empregados; XVI. - Deliberar a respeito das aquisições e alienações de bens imóveis pela Companhia, a qualquer título; XVII. - Autorizar a prática de qualquer ato de gestão extraordinária não compreendido, por disposição da lei ou destes Estatutos, na competência de outros órgãos societários; XVIII. - Autorizar a negociação, pela Companhia, de ações de sua própria emissão; XIX. - Fixar os termos de emissão, conversão, resgate antecipado e demais condições de colocação de obrigações e debêntures conversíveis ou não em ações, quando autorizada pela Assembléia Geral e, bem assim de “commercial papers”, bônus e demais títulos destinados à distribuição, primária ou secundária, em mercados de capitais; XX. - Deliberar a respeito do aumento de capital social dentro dos limites do capital autorizado, se houver; XXI. - Criar comissões de assessoramento, nos termos do Artigo 19 destes Estatutos; XXII. - Deliberar a respeito da representação da Companhia em assembleias e reuniões de sócios das sociedades de que participe e a respeito das matérias submetidas a tais assembleias e reuniões; XXIII. - Deliberar a respeito da alienação direta ou indireta de participações societárias da Companhia, das suas empresas controladas ou coligadas; XXIV. - Estabelecer a forma de distribuição da remuneração dos administradores da Companhia, se fixada globalmente pela Assembléia Geral; XXV. - Designar Diretor ou procurador com poderes específicos para representar singularmente a Companhia em atos determinados; XXVI. - Manifestar-se previamente a respeito da celebração de acordos de transferência de tecnologia, de licença de marcas e de exploração de patentes; XXVII. - Autorizar previamente: (a) empréstimo de fundos da Companhia a terceiros ou prestação de garantia a obrigações de terceiros, exceto quando se tratar de subsidiárias integrais da Companhia; (b) tomada de empréstimos que cumulativamente excedam R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (c) prestação de fianças e avais, constituição de ônus reais sobre bens da Companhia e prestação de garantias por esta, em operações não relacionadas com empréstimos de instituições financeiras, que no seu valor total acumulado excedam R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais); (d) alienação de patentes, marcas e outros direitos de propriedade industrial; (e) Celebração de contratos: entre a Companhia e um acionista, ou sociedade afiliada a este, para (1) aquisição de matérias-primas e insumos com valor superior a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) e (2) contratação de prestação de serviços de valor excedente a R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais); - de compra de matérias-primas ou produtos para revenda, cujo valor total assumido ou estimado exceda R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais) em cada caso; - de serviços cujo valor assumido ou estimado exceda R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais) em cada caso; - de venda com vigência por prazo indeterminado que envolva, em cada caso, mais de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais); - de arrendamentos de propriedades ou equipamentos pela Companhia, cujo custo exceda R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por ano em cada caso; (f) instituição, propositura ou estabelecimento de litígios ou potenciais litígios cujos valores, incluindo-se honorários, se estime ultrapassarão R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), em cada caso; (g) limites de crédito a cliente acima de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais); (h) adiantamentos a fornecedor excedentes a R\$ 6.000.000,00 (seis milhões de reais); XXVIII. Aprovar a produção e comercialização de novos produtos pela Companhia, nos termos do Artigo 2º, II, destes Estatutos Sociais; XXIX. - Definir políticas de taxas de depreciação; XXX. - Autorizar aquisição ou venda de participações em outras sociedades ou negócios; XXXI. - Aprovar a (1) fusão da Companhia com outra sociedade, (2) incorporação dela em outra ou (3) incorporação de outra por ela, (4) sua cisão ou (5) realização de negócio societário com qualquer entidade. Parágrafo único - Excetuadas as matérias constantes das alíneas III, V, IX e XI as demais só poderão ser aprovadas pela unanimidade dos membros do Conselho de Administração em exercício, presentes ou não à reunião que deliberar a respeito delas. Artigo 21. - Compete ao Presidente do Conselho de Administração: I. - convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração; II - instalar a Assembléia Geral



até a eleição de seu Presidente. Seção III. - Da Diretoria - Artigo 22. - A diretoria da Companhia é composta por 4 (quatro) membros, sendo um deles Diretor-Presidente, um Diretor-Administrativo/Financeiro, um Diretor-Comercial e um Diretor-Industrial, eleitos pelo Conselho de Administração com mandato de 1 (hum) ano, admitida a reeleição para o mesmo ou outro cargo da Diretoria, podendo o Conselho de Administração a qualquer tempo destituir um, alguns ou todos os integrantes da Diretoria. § 1º - Nos seus impedimentos ou ausências temporárias, o Diretor-Presidente será substituído por um dos outros Diretores, que para tal finalidade será indicado pelo Conselho de Administração. § 2º - Em caso de vacância do cargo de Diretor-Presidente, o Diretor nomeado pelo Conselho de Administração para substituí-lo temporariamente assumirá as suas funções até a primeira reunião subsequente do Conselho de Administração, que designará o substituto do Diretor-Presidente pelo restante do prazo de gestão. § 3º - Os demais Diretores serão substituídos, em caso de ausência ou impedimento temporário, por outro diretor, que será designado pelo Diretor-Presidente. § 4º - Em caso de vacância de cargo de Diretor, o Diretor-Presidente dar-lhe-á substituto provisório, até que o Conselho de Administração eleja seu substituto definitivo pelo restante do prazo de gestão. Artigo 23. - A Diretoria tem ampla e cabal autonomia de ação, nos termos destes Estatutos, podendo praticar todos os atos necessários para realizar os objetivos sociais da Companhia e para assegurar o seu normal funcionamento, respeitadas as disposições dos Artigos 10 e 20 e seus incisos destes Estatutos. Parágrafo Único - Os diretores exercerão seus cargos em regime de tempo integral. Artigo 24. - A Diretoria reunir-se-á uma vez por mês e, extraordinariamente sempre que convocada pelo Diretor-Presidente, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer outro de seus membros. § 1º - A Diretoria sempre deliberará pela maioria absoluta de seus membros, observando-se, em caso de empate, o disposto no Artigo 14º destes Estatutos. § 2º - A realização da reunião ordinária poderá ser dispensada caso não haja assunto relevante para ser tratado por esse colegiado. § 3º - Das reuniões da Diretoria serão lavradas atas no Livro das Atas de Reuniões da Diretoria, assinadas pelos presentes, das quais serão enviadas cópias a cada um dos membros do Conselho de Administração. § 4º - Se qualquer diretor discordar de decisão tomada pela Diretoria poderá levar a matéria à apreciação do Conselho de Administração. Artigo 25. - Compete ao Diretor-Presidente: I. - convocar e presidir as reuniões da Diretoria, a se realizarem na sede social ou em filiais, agências, escritórios, ou em outro local previamente designado; II. - representar a Companhia em atos de representação singular, em juízo ou fora dele, podendo designar outro Diretor ou procurador para tal função; III. - fixar as normas gerais a serem observadas pela Diretoria em consonância com as diretrizes determinadas pelo Conselho de Administração; IV. - organizar em conjunto com os demais Diretores os serviços da Companhia, prover seus cargos e funções e fixar os respectivos vencimentos, observada a política geral de recursos humanos e salários traçada pelo Conselho de Administração; V. - elaborar, com os demais Diretores, relatório anual; VI. - coordenar e supervisionar as atividades, das áreas que lhe estiverem diretamente subordinadas, bem como as dos demais Diretores; VII. - atribuir, a qualquer dos Diretores, atividades e tarefas especiais, independentemente daquelas que lhe couberem ordinariamente, inclusive a de substituir temporariamente outro Diretor; VIII. - cumprir e fazer cumprir a política e a orientação geral dos negócios da Companhia estabelecidas pelo Conselho de Administração; IX. - zelar pela divulgação e cumprimento da política de ética nos negócios da Companhia. Artigo 26. - Compete a cada Diretor exercer as funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho de Administração, acatando as normas gerais de administração da Companhia fixadas por esse órgão, as disposições destes Estatutos e as designações eventuais do Diretor Presidente. Artigo 27. - Como regra geral, ressalvadas as hipóteses constantes dos parágrafos deste Artigo, a Companhia se obriga validamente sempre que representada por 2 (dois) Diretores, ou por um Diretor e um procurador ou ainda por dois procuradores no limite dos respectivos mandatos. § 1º - Os atos para os quais os presentes Estatutos exigem autorização prévia do Conselho de Administração só poderão ser praticados uma vez preenchida tal condição. § 2º - O Conselho de Administração definirá o valor acima do qual os atos e instrumentos que acarretem responsabilidades para a Companhia terão de necessariamente ser assinados pelo Diretor-Presidente em conjunto com outro Diretor ou com procurador com poderes específicos. § 3º - A Companhia poderá ser representada por apenas um Diretor ou um procurador com poderes específicos: (a) nos casos previstos do Artigo 25, alínea II; (b) quando se tratar de dar quitação de valores que sejam devidos à Companhia e que tenham sido a elas pagas por cheque nominal ou mediante depósito em sua conta corrente, de emitir e endossar duplicatas relativas às suas vendas, bem como no caso de correspondências que não criem obrigações para a Companhia e da prática de atos de simples rotina administrativa, inclusive os executados perante repartições públicas em geral, autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, Junta Comercial, Justiça do Trabalho, Instituto Nacional de Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e instituições financeiras dele gestoras e arrecadoras e outros de natureza idêntica. § 4º - O Conselho de Administração poderá autorizar a prática de outros atos que vinculem a Companhia por apenas um dos membros da Diretoria ou um procurador especialmente designado. Artigo 28. - Na

constituição de procuradores observar-se-ão as seguintes regras: I. - todas as procurações terão de ser previamente aprovadas pela Diretoria ou outorgadas por dois diretores em conjunto; II. - quando o mandato tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização do Conselho de Administração, a sua outorga ficará expressamente condicionada à obtenção dessa autorização, que será mencionada em seu texto; III. - exceto nos casos de representação judicial ou similar, em que seja da essência do mandato seu exercício até o encerramento do litígio, todas as procurações serão por prazo certo, não superior a 1 (um) ano, e terão poderes limitados. Artigo 29. - Serão nulos e não gerarão responsabilidades para a Companhia os atos praticados em desconformidade às regras estabelecidas nos Artigos 26 e 27 e 28 destes Estatutos. **CAPÍTULO V. - DO CONSELHO FISCAL** - Artigo 20. - Com funcionamento apenas nos exercícios sociais em que for instalado, a pedido de acionista(s), o Conselho Fiscal é composto por 3 (três) membros efetivos e 3 (três) membros suplentes, eleitos pela Assembléia Geral. § 1º - A Assembléia Geral que instalar o Conselho Fiscal fixará a remuneração dos seus membros efetivos. § 2º - Cada período de funcionamento do Conselho Fiscal termina na primeira Assembléia Geral Ordinária realizada após a sua instalação. **CAPÍTULO VI. - DO EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS** - Artigo 31. - O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as Demonstrações Financeiras a tal período correspondentes. Do resultado do exercício serão primeiramente deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda. Apurado o lucro líquido, terá ele a destinação aprovada pela Assembléia Geral Ordinária, observadas as prescrições legais. Artigo 32. - A distribuição de dividendos não será inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado, nos termos do Artigo 202, da Lei nº 6.404/76, a partir do exercício de 1995 inclusive. Artigo 33. - Os dividendos serão pagos nas datas e locais indicados pela Diretoria. No caso de não serem reclamados dentro de 3 (três) anos a contar do início do pagamento, prescreverão a favor da Companhia. **CAPÍTULO VII. - DA LIQUIDAÇÃO** - Artigo 34. - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos na Lei e na hipótese de aprovação de sua dissolução pela Assembléia Geral de Acionistas, observadas as normas pertinentes. Artigo 35. - Compete à Assembléia Geral que aprovar a liquidação nomear o liquidante e os membros do Conselho Fiscal que funcionará durante o período de liquidação, fixando-lhes os respectivos honorários. **CAPÍTULO VIII. - DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS** - Artigo 36. - Os valores constantes destes Estatutos, excetuados aqueles referidos no Capítulo II, serão monetariamente atualizados pelo Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) levantado pela Fundação Getúlio Vargas, quando da realização da Assembléia Geral Ordinária da Companhia. Artigo 37. - A Companhia cumprirá e fará cumprir acordos de acionistas que venham a ser nela arquivados. Sr. Jacks Rabinovich, Presidente.

